As raízes da escola de ofícios manufatureiros no Brasil — 1808/1820

Luiz Antonio Cunha *

1. A conjuntura política e econômica; 2. O aparelho escolar e a escola de ofícios; 3. Conclusão.

As transformações políticas e econômicas sofridas pelo reino português, nos primeiros anos do século XIX, foram de tal monta que criaram condições para a independência política do Brasil. Essas transformações determinaram não só a independência como, também, a *forma* pela qual ela se deu, diferentemente das colônias espanholas, onde o processo foi incomparavelmente mais cruento. A transferência da sede da coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, deu ao Brasil *status* de nação soberana, extinguindo-se as trocas econômicas que caracterizavam as relações metrópole-colônia. Com isso, iniciou-se o processo de formação do Estado nacional brasileiro trazendo, em seu bojo, a formação do aparelho educacional escolar.

Antes de entrar no estudo da formação desse aparelho, e do ensino de ofícios, em particular, vou tratar, ainda que rapidamente, do contexto político-econômico da transferência da corte portuguesa para o Brasil e dos anos subseqüentes. A data em que ocorreu esse fato, 1808, fornece o primeiro marco temporal para este estudo; o outro marco, 1820, foi assinalado pela criação da Academia de (Belas) Artes, no Rio de Janeiro, quando se definiram as posições em torno da estrutura dualista do aparelho educacional escolar.

* Professor do IESAE. Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

1. A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA

A situação do Brasil, nas duas primeiras décadas do século XIX, foram profundamente marcadas pela transferência (ou fuga, como querem alguns) da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, determinada pela posição de Portugal na correlação de forças dos conflitos europeus. De um lado, pressionava o expansionismo da França, sob a liderança de Napoleão Bonaparte, exportando o arcabouço jurídico-político da revolução burguesa vitoriosa; de outro, pressionavam os países onde a aristocracia ainda se assentava sobre bases econômicas feudais. Os inimigos da França foram polarizados pela Inglaterra, um país burguês, rival daquela na disputa pela hegemonia européia e colonial, ao mesmo tempo que ostentava os traços aristocráticos ameaçados. [1]

Incapaz de derrotar a Inglaterra devido à potência de sua marinha, Napoleão, imperador da França e dirigente de um sistema de alianças de países da Europa, impôs à Inglaterra um bloqueio econômico. Com ele, esperava desorganizar a economia inglesa, voltada para a exportação de manufaturados. Portugal, antigo aliado político da Inglaterra, por força de secular dependência econômica, consolidada pelo tratado de Methuen, de 1703, encontrava-se entre dois fogos. De um lado, a pressão das forças militares de Napoleão, mais próximas pela adesão da Espanha ao bloqueio. De outro, a própria pressão da frota inglesa na foz do Tejo, capaz, tanto de defender quanto de bombardear Lisboa.

Em meio a essa situação crítica, a ação diplomática inglesa reforçou a facção da corte favorável à manutenção da aliança com a Inglaterra. O ministro plenipotenciário inglês convenceu o príncipe D. João, regente no impedimento de D. Maria I, a transferir para o Brasil a sede da monarquia, com a garantia da frota inglesa. Essa transferência convinha à Inglaterra, pois lhe daria liberdade de comércio no Brasil, sem a intermediação do monopólio metropolitano. Um acordo secreto, assinado em 1807, garantia a proteção naval inglesa para a transferência da corte para o Brasil. Em troca, Portugal cedia a Ilha da Madeira para a instalação de base militar da Inglaterra, além de permitir aos navios mercantes daquele país o direito de utilizar os portos brasileiros, fosse para o comércio no Brasil, fosse em

[1] Utilizei como quadro geral de referência, a obra de Mendes Jr., Antonio; Roncari, Luiz; Maranhão, Ricardo. *Brasil História — Texto e Consulta.* São Paulo, Brasiliense, 1977. v. 2 (império), parte 7.

escala para o Uruguai e a Argentina. Este benefício permitiria o escoamento de manufaturados ingleses estocados por força de bloqueio.

Um dia antes das tropas de Junot entrarem em Lisboa, deixou o Tejo, com destino ao Brasil, uma frota de 36 navios portugueses, escoltados pela esquadra inglesa, levando a família real, 15 mil nobres e funcionários civis e militares, além da metade do dinheiro em circulação no reino. Com isso, não seria exagero dizer que não foi só a rede, mas o próprio aparelho do Estado português que se transferiu para o Brasil.

Tão logo a frota chegou à Bahia, em janeiro de 1808, começaram a ser tomadas medidas de política econômica que acabaram por quebrar o sistema colonial de trocas, vigente por três séculos, substituído de imediato pela dependência à Inglaterra. Paralelamente, desenvolvia-se o processo de autonomia política, culminando com a independência de Portugal, em 1822. Essas medidas estavam orientadas pela doutrina econômica no que dizia respeito à liberdade de produzir e comerciar.

A primeira medida foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, pelo alvará de 28 de janeiro de 1808. A partir dessa data, as embarcações estrangeiras das nações amigas, reduzidas à época praticamente à Inglaterra, poderiam desembarcar mercadorias nos portos brasileiros sem passar pelos intermediários de Portugal. Mais do que a fidelidade a princípios abstratos, essa medida interessava aos mercadores ingleses, os quais viam no comércio direto a possibilidade de vender mais, um imperativo diante do *bloqueio continental*. Interessava, também, aos colonos brasileiros, principalmente aos proprietários de terras e escravos, os quais visualizavam a possibilidade de receberem pagamento mais alto pelos produtos exportados, se vendidos diretamente aos importadores ingleses. [2]

A Inglaterra procurou assegurar a permanência da posição privilegiada de 1808/1809 quando era, na prática, a única nação amiga de Portugal em condições de empreender com este reino trocas comerciais em volume significativo. Nesse sentido, os negociadores diplomáticos ingleses conseguiram, ainda, em troca da proteção à coroa portuguesa, que Portugal e

[2] O pacto econômico colonial consistia num sistema de trocas baseado na detenção do monopólio do comércio da metrópole com a colônia, permitindo aos comerciantes metropolitanos maximizarem seus lucros por duas vias: pelo rebaixamento dos preços das mercadorias importadas da colônia e pela elevação dos preços dos produtos para lá exportados.

Inglaterra assinassem, de fevereiro de 1809 a fevereiro de 1810, tratados de aliança, comércio e navegação, estipulando condições altamente vantajosas para este último país: previa a continuidade dos direitos de comércio livre entre o Brasil e a Inglaterra, mesmo se a corte retornasse a Lisboa, proibindo Portugal de restabelecer o antigo regime de monopólio comercial; reservava à Inglaterra o direito de excluir súditos e navios portugueses do comércio com as colônias inglesas; os súditos de ambos os países tinham reconhecido o direito recíproco de nação mais favorecida quanto ao comércio e navegação; reduzia o volume das taxas postais e direitos de ancoragem para os navios ingleses nos portos portugueses, da metrópole e das colônias; concedia aos súditos ingleses o direito ao comércio varejista nos portos e cidades de Portugal e colônias; proibia a Inquisição no Brasil; concedia à Inglaterra o direito de nomear cônsules para as colônias portuguesas; os súditos ingleses passavam a gozar do direito de extraterritorialidade, isto é, só seriam julgados, no Brasil, por um juiz conservador, por eles mesmos escolhidos; as mercadorias inglesas ficavam sujeitas ao pagamento de 15% de direitos alfandegários *ad valorem,* enquanto que as mercadorias portuguesas deveriam pagar 16% e as de outros países, 24%; o governo português comprometia-se a acabar paulatinamente com o tráfico de escravos africanos.[3] Como uma espécie de garantia adicional ao cumprimento dos seus dispositivos, os tratados garantiam a livre presença de navios de guerra ingleses nos portos brasileiros.[4]

O mesmo quadro ideológico que favoreceu a ligação econômica com a Inglaterra, conduziu a medidas propiciadoras do fomento da produção interna. Os empresários capitalistas representados na Junta de Comércio acompanhavam a burocracia do Estado na sua transferência[5] enquanto permanecia em Lisboa a organização corporativa e seus dirigentes, a Casa dos Vinte e Quatro e o Juiz do Povo. Dessa maneira, os artesãos ficaram mais longe do rei, desembaraçando as pressões da junta, então reforçadas pelos protetores ingleses e por representantes das classes dominantes na colônia.[6] O

[3] Em 1817, os ingleses obtiveram outro compromisso formal para o fim do tráfico de escravos.

[4] Pantaleão, Olga. A presença inglesa. In: Holanda, Sérgio Buarque de & Campos, Pedro Moacyr, orgs. O Brasil Monárquico. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1, t. 2 da *História geral da civilização brasileira.*

[5] Poucos meses após o desembarque no Brasil, alvará do príncipe regente criava, nesse Estado, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

[6] Foi esse o caso de José da Silva Lisboa, que viria a ser Visconde de Cairu no império brasileiro.

alvará de 1º de abril de 1808 revogou o de 1785, que proibia a instalação de manufaturas no Brasil e ia mais longe ao estabelecer a liberdade de produção dissolvendo os controles monopolistas da organização corporativa. Nos anos seguintes, novos golpes foram desfechados contra as corporações, permitindo-se a qualquer pessoa vender qualquer mercadoria, desde que tivessem sido pagos os impostos devidos, excluindo-se apenas os gêneros estancados.

Mas, não se deve pensar que a doutrina liberal, no campo econômico, tivesse vindo, de repente, a presidir a produção no Brasil. Apesar de a defesa dos *princípios liberais* terem sido proclamados em alvarás régios, as primeiras tentativas de promoção estatal da indústria, no Brasil, se deu conforme os princípios do mercantilismo, mais especificamente, do colbertismo. [7] Essa política se inspirava nas manufaturas reais de Colbert, na França do século XVIII, antes da Revolução Industrial, quando, então, os privilégios concedidos pelo Estado a empresas industriais contribuíram para acelerar o processo de acumulação.

A política econômica do príncipe regente, no Brasil, voltava-se para o incentivo da produção empreendida por particulares por meio da isenção ou redução de direitos alfandegários das matérias-primas e outros insumos importados; da isenção de direitos alfandegários dos produtos exportados; da *moderação* do recrutamento militar nas regiões em que a agricultura e as artes necessitavam de braços; do incentivo financeiro aos inventores de máquinas e processos manufatureiros; da doação de capital financeiro, proveniente da Loteria Nacional do Estado, para indústrias, especialmente as têxteis e metalúrgicas; na reserva do mercado, especialmente do fardamento da tropa, para as fábricas instaladas no Brasil; [8] da isenção de direitos alfandegários sobre as matérias-primas e produtos têxteis destinados ao consumo interno. [9]

Esses incentivos não surtiram os efeitos desejados, pelo menos no tocante à indústria têxtil. Refletindo sobre a ruína de uma fábrica de tecidos de algodão e lã situada perto de Barbacena, Luccock concluía terem os incentivos

[7] Luz, Nícia Vilela. As tentativas de industrialização no Brasil. In: Holanda & Campos, op. cit., v. 4.

[8] Esses incentivos constam do alvará de 28 de abril de 1809.

[9] Esse último incentivo consta do alvará de 6 de outubro de 1810.

chegado tarde. "Quando a Corte, após fixar-se no país encontrou vagar para dar atenção a tais assuntos, tentou-se ressuscitar a manufatura; era tarde demais, porém: a industriosidade do povo adotara rumo diverso, mais de acordo com suas maneiras e hábitos gerais. O dono (da fábrica de tecidos, LAC) fizera-se pobre; a agricultura oferecia meio mais seguro e rápido de refazer fortuna; as matérias-primas de que viria a precisar eram agora vendidas na Capital com aumento de trezentos por cento sobre o que dantes por elas pagava, com a importante vantagem para o produtor do pagamento à vista em vez de crédito por dez a doze meses. Os tecidos ingleses, por outro lado, começavam a assediar o país, auxiliados pela inteligência e operosidade dos nossos (ingleses, LAC) aventureiros comerciais, sendo aqui oferecidos a preço muito inferior ao dos gêneros cujo lugar pretendiam usurpar. Não é de admirar, portanto, que eu encontrasse a indústria agonizante, nem tampouco muito se queixassem de que os materiais andavam de má qualidade, subterfúgio de todos os artesãos, quando a freguesia exige mercadorias de qualidade superior, podendo-se consegui-las de novas fontes e a preço menor." [10]

Além dos incentivos à iniciativa privada, a política econômica do governo joanino voltou-se para a criação de manufaturas estatais e de empreendimentos que se poderia chamar, usando termos atuais, de empresas de economia mista.

A primeira manufatura estatal foi a fábrica de pólvora, mandada criar em maio de 1808, no Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. A fabricação de pólvora, vital para um Estado em guerra, deveria atender, também, ao consumo de particulares que comprariam o produto nos arsenais régios. Instalaram-se vários *trens,* isto é, oficinas de porte inferior aos arsenais, oficinas onde se consertavam e, eventualmente, se construíam armas e utensílios vários para o exército.

As empresas de economia mista, dedicadas principalmente à metalurgia do ferro, destinavam-se ao fornecimento de insumos para as oficinas militares e para consumo civil não especificado. Com essa indústria pensava-se cons-

[10] Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil.* São Paulo, Martins, 1951. p. 356. Essas observações foram feitas em 1818. Nícia Vilela Luz levanta a hipótese de que os interesses do comércio português na Ásia foram responsáveis pelas hesitações do Estado no incentivo à produção têxtil no Brasil, as quais foram as responsáveis principais pelas insuficiências dessa indústria. Cf. seu A Política de D. João VI e a primeira tentativa de industrialização no Brasil, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (USP). n. 5, 1968.

truir um Estado poderoso e uma manufatura capaz de diversificar o comércio exterior.

A produção de ferro iniciou-se no Brasil já no século XVI, na região de Sorocaba, São Paulo, aproveitando o minério lá existente e a técnica trazida por escravos africanos. Mais tarde, no século XVIII, a exploração de ouro nas Minas Gerais propiciou o surgimento de várias pequenas usinas metalúrgicas, que tiravam proveito da demanda local de produtos de ferro, da abundância de minério na região e da técnica trazida pelos escravos africanos.

As iniciativas estatais para a fabricação de ferro começaram em 1808. O intendente da Administração dos Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, utilizou recursos arrecadados da mineração diamantífera para instalar uma grande usina siderúrgica perto do Morro do Pilar, no Arraial do Tijuco. O objetivo era abastecer o mercado interno e exportar o ferro excedente para outros países. A usina montada pelo Intendente Câmara produziu ferro de 1815 a 1821 quando o empreendimento foi abandonado. [11]

Com base no estudo do inspetor de Minas e Matas da Capitania de São Paulo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, de 1803, o ministro do reino, Conde de Linhares, promotor da metalurgia do ferro em Portugal, enviou um engenheiro de minas ao Brasil para cooperar com os produtores locais desse metal. O escolhido, o tenente-coronel alemão Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, veio com a missão de estudar uma maneira de desenvolver a produção de Araçoiaba, em São Paulo, a qual utilizava a técnica africana. Ao chegar, em 1810, Varnhagen propôs a criação de uma sociedade de economia mista, cujo capital seria subscrito parte pelo Estado, parte por particulares. A companhia foi criada imediatamente, para operar em Ipanema, e a produção foi confiada a um engenheiro sueco que trouxe toda uma equipe de conterrâneos e o equipamento completo para a usina. O insucesso da equipe sueca fez com que Varnhagen fosse encarregado de alterar o projeto original da usina de Ipanema e dirigisse o empreendimento a partir de 1814, passando a usina a produzir em 1818. A usina só veio a ser fechada após a guerra do Paraguai, durante a qual o exército e a marinha muito se valeram da sua produção.

[11] Simonsen, Roberto. *História econômica do Brasil (1500/1820).* São Paulo, Nacional, 1969. p. 446.

Enquanto a usina paulista procurava absorver a tecnologia sueca, outro empreendimento, em Minas Gerais, absorvia tecnologia alemã. [12] O Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, engenheiro militar alemão, a serviço do exército português, diretor da siderurgia de Figueiró dos Vinhos, em Portugal, veio para o Brasil em 1811 para ocupar cargos militares e civis na burocracia do Estado. Tomando conhecimento dos recursos naturais da região das minas, propôs a criação de uma empresa de economia mista para a fabricação de ferro em Minas Gerais, o que foi logo aceito pela coroa. A *fábrica patriótica,* como veio a ser conhecida, foi instalada em Congonhas do Campo, começando a produzir em fins de 1812. [13]

A tentativa de construir uma indústria siderúrgica no Brasil no início do século XIX fracassou. [14] Vários fatores contribuíram para isso; os portugueses não dominavam as técnicas de produção de ferro e aço; não havia mercado no interior do Brasil que compensasse a instalação de grandes unidades produtoras; [15] a exportação do excedente ficava impossibilitada pelo transporte oneroso, dependente das tropas de mulas; finalmente, mas não secundariamente, o ferro inglês chegava aos grandes centros consumidores do litoral brasileiro a preços tais que tornava não-competitiva a produção paulista e mineira. Por isso, subsistiram apenas instalações de pequeno porte, com sua produção defendida do competidor inglês pela barreira das serras.

As medidas econômicas tomadas por D. João VI durante sua estada no Brasil se estenderam para atividades não propriamente manufatureiras, mas que acabaram (ou acabariam, se sucedidas) por induzir seu desenvolvimento. [16] Foi criado o Banco do Brasil, importante agência financeira,

[12] O Conde de Linhares tinha como objetivo comparar os resultados de ambas as tecnologias para futuras iniciativas no setor. Cf. Araujo Filho, José R. de. O Minério de ferro no Brasil do século XIX. In: Holanda & Campos, op. cit., v. 4.

[13] Eschwege construiu, também, uma forja, para sua exploração particular, em Antonio Parreira, além de prestar assistência técnica a empreendimentos similares da capitania.

[14] Luz, Nícia Vilela, op. cit., p. 38-9.

[15] A mineração do ouro poderia ser uma atividade indutora da produção de ferro, pelo consumo de máquinas e ferramentas, mas sua decadência já tinha se iniciado na segunda metade do século anterior.

[16] Deixo de tratar aqui das iniciativas tendentes ao incentivo da agricultura. Ao leitor interessado recomendo o exame da carta régia de 25 de junho de 1812 (e instruções anexas) a qual criou um curso de agricultura na Bahia.

tendo começado a operar logo em 1809, com sede no Rio de Janeiro e sucursais na Bahia e em São Paulo. Tratava-se de um banco de depósitos, descontos e emissões, indispensável para o fornecimento de crédito mercantil para os negócios de exportação. Em 1819, foi criado um Laboratório de Química, no Rio de Janeiro, destinado a apoiar a agricultura, a indústria e a farmácia na análise de produtos e matérias-primas.

A transferência para o Rio de Janeiro da corte portuguesa trouxe para esta cidade profundas mudanças quantitativas e qualitativas. Vieram não só os nobres, os militares e os funcionários portugueses — cerca de 15 mil pessoas —, os comerciantes e as legações diplomáticas estrangeiras, como, também, mudaram-se para aí proprietários de terras que procuravam se aproximar do centro do poder. Com isso, a população do Rio de Janeiro passou de 60 mil habitantes, em 1808, para 130 mil, 10 anos depois.

A cidade ganhou uma biblioteca de 60 mil volumes, trazida de Portugal, logo aberta ao público, núcleo da atual Biblioteca Nacional; uma nova casa de espetáculos, o Teatro São João; um museu mineralógico, germe do atual Museu Nacional; um jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro,* o primeiro impresso no Brasil, nos tipos da recém-criada Imprensa Régia. [17]

O Brasil foi sede da monarquia lusa de 1808 até 1820, quando a Revolução Constitucionalista do Porto exigiu a volta de D. João VI a Portugal. Durante esse período, passou de colônia a Reino Unido, o que significava que o rei de Portugal seria, também, rei do Brasil, não por ser uma colônia, mas por ser outro Estado. Na volta a Portugal, o rei não foi acompanhado pelo aparelho burocrático que trouxe para cá. Este permaneceu no Brasil, como o príncipe D. Pedro, quem, por conselho paterno, acabou tomando para si a coroa, proclamando a independência do Brasil, "antes que algum aventureiro o fizesse". Por isso, não seria descabido dizer que o Estado nacional teve sua origem, no Brasil, não em 1822, mas em 1808.

[17] Oliveira Lima, Manoel. *Dom João VI no Brasil.* Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1908. cap. 5; Souza Campos, Ernesto. *Instituições culturais e de educação superior no Brasil.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941. p. 399-429.

2. O APARELHO ESCOLAR E A ESCOLA DE OFÍCIOS

Ao mesmo tempo em que se formava o Estado brasileiro, criava-se, também, o aparelho escolar, com as estruturas básicas que têm persistido passados um século e meio.

As primeiras instituições de ensino que formavam o aparelho escolar destinavam-se a ministrar ensino superior e foram localizadas no Rio de Janeiro, principalmente, e na Bahia, secundariamente.

No Rio de Janeiro foram criados a Academia de Marinha e o curso de anatomia e cirurgia (em 1808); a Academia Real Militar (em 1810); o curso de agricultura (em 1814); o curso de desenho técnico (em 1818); a Academia de Artes (em 1820). Na Bahia, foram criadas as cadeiras de cirurgia e de economia (em 1808); o curso de agricultura (em 1812); o curso de química (em 1817). Outras cidades abrigaram, também, instituições de ensino superior, como a cadeira de matemática superior, criada em Recife ou Olinda, em 1809; a cadeira de desenho e história, em Vila Rica, em 1817.

Essas instituições tinham, como funções, a preparação de pessoal especializado na guerra, na produção de mercadorias e na prestação de serviços.

Formavam especialistas para atividades bélicas a Academia de Marinha, a Academia Militar (oficiais para o exército e as milícias, e engenheiros de fortificações) e as cadeiras de anatomia e cirurgia. Não se deve esquecer que estas últimas começaram a funcionar em hospitais militares, com o fim imediato de formar médicos e cirurgiões para os navios e a tropa, no contexto da guerra contra a França e seus aliados. [18] A formação da cadeira de matemática superior poderia vir a ter aplicações militares, na artilharia e na engenharia, mas desconheço se houve alguma aplicação desse tipo.

A Academia Militar não tinha objetivo de formar apenas especialistas nas artes bélicas, mas, também, engenheiros para trabalhos de topografia, mine-

[18] Foram empreendidas duas operações bélicas, nesse contexto, envolvendo forças de terra e mar. Uma expedição foi enviada à Guiana Francesa, ocupando Caiena e outra à Banda Oriental do Uruguai, colônia da Espanha, na época aliada da França. As duas regiões foram ocupadas por certo tempo. A Guiana foi devolvida à França, por força do Tratado de Viena, e o Uruguai obteve a independência em 1828.

ração, construção de estradas, pontes, portos, adução de águas e outras obras de engenharia *civil,* como vieram a ser denominados muito mais tarde.[19] A cadeira de economia política e os cursos de agricultura, de química e de desenho técnico tinham claros objetivos econômicos, da mesma forma como o curso de arquitetura da Academia de Artes.

Mas, além de formarem especialistas necessários à guerra e à produção, esses cursos formavam, também, prestadores de serviços às classes dominantes locais, sem a intermediação do aparelho de Estado, atuando como *profissionais liberais.* É o caso dos médicos e cirurgiões, de arquitetos e de professores de filosofia, retórica, história, matemática e outras áreas do saber. Dentre esses prestadores de serviços estavam aqueles que se especializavam na produção de bens simbólicos próprios do consumo das classes dominantes, como os pintores, desenhistas, escultores e gravadores formados pela Academia de Artes.

Esse cruzamento de instituições de ensino com a destinação social dos seus formados parece estranha a quem conhece a feição posterior do aparelho escolar, já diferenciado, especializando-se as instituições. Foi só em 1874 que foi criado, no Rio de Janeiro, um estabelecimento de ensino destinado à formação de engenheiros civis,[20] a Escola Politécnica, oriunda da Escola Militar, que formava os oficiais do exército e os engenheiros militares.

O aparelho escolar criado no período estudado, pelo menos o voltado para o ensino superior, tinha na formação de quadros de alta qualificação para a produção e a burocracia do Estado sua finalidade principal.

O ensino secundário era ministrado, na época, em alguns poucos estabelecimentos, como os seminários de São José e São Joaquim, no Rio de Janeiro, este último germe do Colégio Pedro II, criado em 1837. Funcionavam em diversas cidades as *aulas régias* de humanidades, dividindo estas com professores particulares o grosso dos estudantes. Com o tempo, o ensino secundário foi sendo desenvolvido, por ampliação e diferenciação, mas, sempre, em função do ensino superior, tendência persistente, aliás, até os dias atuais.

[19] Carta de lei de 4 de dezembro de 1810.

[20] Não se deve confundir essa distinção com a que se veio fazer há poucas décadas, quando a engenharia civil passou a ser um ramo das engenharias *civis,* especializada na construção de edifícios, estradas, portos, barragens e obras desse tipo.

Paralelamente, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino diferente do secundário/superior, com o objetivo de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

Antes de entrar diretamente nesse ensino manufatureiro, apresento os problemas surgidos com a mobilização da força de trabalho para as manufaturas e a promoção do ensino de ofícios.

Os empreendimentos metalúrgicos do período joanino tinham na formação da força de trabalho um grande obstáculo para o seu desenvolvimento. Portugal não tinha tradição metalúrgica, de modo que os trabalhadores tinham de ser formados por estrangeiros, em geral alemães ou suecos. A técnica dos escravos africanos, por outro lado, não permitia a produção em escala industrial.

A solução encontrada pelo Intendente Câmara foi contratar um mestre fundidor alemão que conseguiu, aos poucos, formar 66 aprendizes. Mas, tão logo os aprendizes dominavam a técnica de fundição, iam sendo atraídos pelas pequenas forjas espalhadas pela capitania. Embora o conjunto da produção tirasse proveito dessa aprendizagem, o empreendimento do Intendente Câmara saía prejudicado, pois arcava com o ônus da formação e não usufruía dos seus benefícios. Eschwege enfrentou, também, esse problema, o que o levou a abandonar a disposição inicial de só empregar trabalhadores livres. A força de trabalho só foi fixada na usina de Congonhas quando foram comprados escravos. Varnhagen começou enfrentando problema distinto. Os trabalhadores europeus contratados pelo engenheiro sueco para a usina de Ipanema não conheciam o ofício da fundição: havia entre eles até mesmo um alfaiate e um sapateiro.

O emprego de escravos na manufatura encontrou, já em 1810, um obstáculo que só veio a aumentar durante o período imperial. O tratado econômico-político com a Inglaterra incluía uma cláusula, imposta por este país, pela qual Portugal se obrigava a acabar com o tráfico de escravos. O governo do príncipe regente voltou-se, então, para a busca de uma fonte alternativa de suprimento de trabalhadores estrangeiros, agora europeus e asiáticos, livres, no lugar dos africanos, escravos. Neste sentido, o ministério presidido pelo Conde de Linhares planejou trazer para o Brasil dois milhões de chineses, uma solução repetidamente aventada império adentro, à medida que as leis de abolição parcial da escravidão foram sendo promulgadas.

Segundo Eschwege, 400 a 500 chineses chegaram a vir para o Brasil, em 1812. [21] Promoveu-se, também, a vinda para o Rio de Janeiro de artífices portugueses, principalmente carpinteiros, marceneiros, ferreiros, forjadores, latoeiros e cordoeiros. Um edital da Real Junta da Fazenda, publicado em Lisboa em 11 de junho de 1811, procurava atrair os trabalhadores dizendo que o governo pagaria a passagem do artífice e sua família, além de quatro meses de salário. [22]

Enquanto novos trabalhadores estrangeiros não vinham, como não vieram em grande quantidade, a não ser já ao fim do império, apareceram tentativas visando adaptar ao trabalho manufatureiro a força de trabalho não-escrava existente no país, potencialmente mobilizável, mas carente de formação técnica e social.

Varnhagen fez uma tentativa desse tipo em Ipanema. Primeiro, mandou transferir para junto da usina uma aldeia indígena, na esperança de ter uma fonte próxima supridora de força de trabalho livre. Não sendo isso suficiente, propôs uma solução que não lhe era estranha como engenheiro militar: a criação de uma companhia de soldados artífices de modo a evitar, pela disciplina castrense, "a inconstância dos naturais em matéria de serviço, motivo pelo qual nunca aprendem coisa alguma". [23] Sua esperança era dispensar a onerosa e incerta importação de trabalhadores estrangeiros pelo *disciplinamento* dos naturais da terra.

Uma solução desse tipo já tinha surgido antes, embora não fosse na produção *civil,* mas na militar. Em 1810, um decreto do príncipe regente mandava reorganizar no Arsenal Real do Exército, no Rio de Janeiro, uma companhia de artífices. Pelo que pude deduzir do texto do decreto de 3 de setembro daquele ano, a companhia estava formada se não exclusivamente, pelo menos principalmente, de soldados pontoneiros, os quais foram distribuídos pelas companhias do Regimento de Artilharia da Corte. A Companhia de Artífices reformada, anexa a este regimento, deveria ser comandado por

[21] Eschwege, Wilhelm Ludwig von. *Pluto brasiliensis.* São Paulo, Nacional, s.d. v. 2. p. 452. Nesta obra podem ser encontrados comentários de Eschwege sobre as dificuldades dos demais empreendimentos com a força de trabalho. Há todo um capítulo (Influência da supressão do tráfico escravo sobre a mineração) no qual Eschwege justifica a necessidade da escravidão para a economia do Brasil.

[22] Simonsen. op. cit., p. 419.

[23] Relatório de Varnhagen de 18 de maio de 1817, transcrito por Eschwege. op. cit., p. 387.

um capitão, secundado por três tenentes, dois sargentos, um furriel e quatro cabos. Os artífices seriam 60, de diversas especialidades, principalmente ferreiros e serralheiros. Além de soldo, fardamento e quartel, os artífices receberiam "jornal proporcionado à sua habilidade", critério também utilizado para a sua hierarquização militar: os mestres de oficina teriam a graduação de sargentos e os contramestres, de cabos-de-esquadra.

No Arsenal do Exército do Rio de Janeiro funcionava, em 1820, uma *aula de desenho* para os aprendizes que praticavam nas oficinas, integrando, provavelmente, a Companhia de Artífices. Naquele ano, uma decisão do encarregado de assuntos militares da corte, [24] abria essa aula a artífices e aprendizes de fora do arsenal, atendendo "ao quanto é necessária esta arte a todos os trabalhos mecânicos". A notícia dessa decisão foi mandada publicar na *Gazeta do Rio de Janeiro,* de modo a divulgá-la aos interessados potenciais.

Solução similar à da Companhia de Artífices, embora de duração efêmera, surgiu com a tentativa de se instalar uma fábrica de espingardas na Capitania de Minas Gerais. [25] O capitão-general, Conde da Palma, foi levado pelo secretário da guerra, o Conde de Linhares, em 1810, a estudar a melhor maneira de instalar uma fábrica de espingardas, de que se demandavam duas mil a cada seis meses. O Arsenal do Rio de Janeiro estaria fabricando essas armas, mas, ao que parece, havia interesse em localizar sua produção junto às fábricas de ferro que se instalavam em Minas Gerais. Em abril de 1811, o capitão-general reuniu oito artífices que já trabalhavam em Vila Rica, serralheiros e coronheiros, entre os quais dois mestres, e os enviou para estagiarem no Arsenal do Rio de Janeiro. Em princípios de 1812, o príncipe regente enviou ao Conde da Palma carta régia [26] mandando aproveitar os artífices existentes na capitania, possivelmente os que foram ao Rio de Janeiro estagiar, "para formarem uma escola e viveiro de aprendizes e oficiais que exclusivamente se ocupassem de preparar bons fechos para armas de tropa". Os planos e a direção futura da fábrica de armas e da escola de aprendizes foram confiados a Eschwege, o mesmo que dirigia a fábrica de ferro de Congonhas do Campo. No entanto, seis meses

[24] Decisão nº 54 — Guerra — de 11 de setembro de 1820.

[25] Suckow da Fonseca, Celso. *História do ensino industrial no Brasil.* Rio de Janeiro, Escola Técnica Nacional, 1961. v. 1, p. 96-9.

[26] Carta Régia de 21 de janeiro de 1812.

após a carta régia, um simples aviso mandava suspender os planos de fabricação de armas em Minas Gerais, sem maiores explicações, e, com eles, a aprendizagem manufatureira destinada a essa atividade. [27]

Na Bahia, a construção naval era atividade econômica de grande importância. Só em 1811, foram lançados ao mar, pelos estaleiros do Estado, uma fragata, um bergantim de guerra, dois barcos, duas escunas, um iate, duas lanchas e várias embarcações menores; de estaleiros particulares foram lançados três galeras, oito brigues e três sumacas. [28] Uma carta régia de 1818 mandava instalar na Bahia uma cadeira de desenho e figura destinada ao aperfeiçoamento de projetistas "para as artes em geral, especialmente para a arquitetura naval e escultura, que por falta de conhecimentos de desenho não têm podido chegar à perfeição". [29]

Em 1798, Joaquim Francisco do Livramento começou a promover, na Bahia, uma campanha para obter recursos destinados ao recolhimento e à educação de crianças, órfãs ou pobres. [30] Seus esforços receberam o apoio do clero e do governo da capitania, "tendo à vista as públicas necessidades e quase inevitáveis desordens que há nela pela falta de um seminário para educação de meninos órfãos, pobres, desamparados, o que é público e notório; e justamente condoídos de vermos morrer à necessidade pelas portas das igrejas e dos conventos, e ainda pelos corpos de guarda, tantos pobres, por causa de não haver uma casa para inválidos (...)". [31] Um colégio foi precariamente instalado, sendo, em 1804, transferido para a Capela de São José do Ribamar e suas seis casas anexas, as quais tinham sido erigidas por iniciativa particular para servir de recolhimento para *quinze donzelas*, então fora de uso. O estabelecimento passou a abrigar 40 órfãos, adotando

[27] É possível que essa reviravolta resultasse da morte do Conde de Linhares, em 1812. Seu entusiasmo pela siderurgia e pela indústria manufatureira não parece ter sido compartilhado pelo Conde da Barca, seu sucessor como ministro do reino. Este último, líder do *partido francês* da corte teve na criação da Escola de (Belas) Artes sua principal realização no campo educacional, mais voltada, portanto, para a formação de artistas do que da força de trabalho manufatureira. Voltarei a essa questão mais adiante.

[28] Simonsen. op. cit., p. 441.

[29] Carta Régia de 8 de agosto de 1818.

[30] Torres, João Nepomuceno. *Notícia histórica sobre a Casa dos Órfãos de São Joaquim*. Bahia, Tipografia e Encadernação — Empresa Editora, 1899.

[31] Requerimento à Rainha D. Maria I, em 1798, para maiores recursos por Livramento, assinado por um cônego e 46 outras pessoas notáveis. Cf. Torres, op. cit., p. 23.

a denominação de Casa Pia de São José. A partir de 1825, o estabelecimento passou a denominar-se Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Em 1819, carta régia [32] doou ao estabelecimento o prédio do antigo noviciado dos jesuítas, vazio desde a sua expulsão de Portugal e colônias, em 1759. Essa doação foi precedida de ato transferindo a fiscalização da Casa Pia do arcebispado para o governo da capitania. [33] A ampliação dos recursos da Casa Pia correspondeu, assim, à sua estatização.

É possível que o paradigma da Casa Pia da Bahia fosse a Real Casa Pia de Lisboa. [34] Naquela, como nesta, o ensino de ofícios manufatureiros aos órfãos começou bem cedo, como se vê na declaração prestada em 1803 por altos dignitários eclesiásticos da Bahia atestando a boa-fé do fundador da obra: "Atestamos que o Irmão Joaquim Francisco do Livramento se ocupa com muito zelo em recolher, para uma casa que com esmolas comprou nos subúrbios desta cidade, os meninos órfãos e desamparados, onde com assistência de um sacerdote de inteligência e bons costumes os faz introduzir na doutrina e exercer todos os atos de religião e ao mesmo tempo aprender com um mestre, que para isso paga, e conserve as primeiras letras até que instruídos nestes primeiros deveres sejam confiados a outros artistas para aprenderem aqueles ofícios para os quais neles se descubra talento e inclinação, donde tem resultado não pequena utilidade ao público". [35] A transferência da Casa Pia para o prédio do antigo noviciado dos jesuítas deve ter facilitado a aprendizagem dos órfãos. Se, antes, eles eram enviados às oficinas de artesãos estabelecidos em diferentes localidades, passaram a se dirigir ao *trem* da capitania, situado em prédio contíguo. [36] A vizinhança do *trem* foi um dos argumentos utilizados pelo governador da capitania para pedir ao rei a doação do prédio do antigo noviciado, assim como os recursos para a sua reforma. [37] Neste ponto, a Casa Pia baiana difere da

[32] Carta Régia de 28 de julho de 1819.

[33] Aviso de 31 de julho de 1818.

[34] Cunha, Luiz Antonio. Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil colônia. FORUM EDUCACIONAL, Rio de Janeiro, *3*(1) jan./mar. 1979.

[35] Carta transcrita por Torres, op. cit., p. 25.

[36] O *trem* se transformou posteriormente em arsenal. Suas instalações foram ocupadas pelo CPOR e, atualmente, abriga a auditoria militar.

[37] Pelo menos foi isso que deduzi do texto da carta régia de 28 de julho de 1819.

lisboeta. [38] Enquanto esta desenvolvia a aprendizagem de ofícios na e para a produção civil, aquela, mesmo visando esta produção, preparava a força de trabalho em estabelecimento militar.

Celso Suckow atribui especial importância à Casa Pia da Bahia no desenvolvimento do ensino de ofícios manufatureiros no Brasil. "Era o início de uma longa série de estabelecimentos destinados a recolher órfãos e a dar-lhes ensino profissional. Ainda não encontramos em nossa História nenhum outro com esta finalidade. Mas daqui por diante, pelo espaço de mais de um século, todos os asilos de órfãos, ou de crianças abandonadas, passariam a dar instruções de base manual aos seus desabrigados. Na evolução do ensino de ofícios, a aparição do Seminário dos Órfãos da Bahia, representa um marco de incontestável importância. A própria filosofia daquele ramo de ensino foi grandemente influenciada pelo acontecimento e passou, daí por diante, a encarar o ensino profissional como devendo ser ministrado aos abandonados, aos infelizes, aos desamparados". [39]

As iniciativas visando a formação de força de trabalho manufatureira mencionadas até aqui tiveram todas alguma conotação militar. Embora esta fosse característica dominante, no período estudado, não era exclusiva, tendo havido iniciativas sem aquela conotação. Vou mencionar, em seguida, as que consegui identificar.

Logo após a abertura dos portos, ao levantamento da proibição de manufaturas e de outras medidas de fomento econômico, o príncipe regente mandou instalar na *Casa do Antigo Guindaste,* provavelmente do porto do Rio de Janeiro, o Colégio das Fábricas. Ele era constituído de artífices e aprendizes vindos de Portugal, talvez da Casa Pia de Lisboa. O decreto que autorizava o pagamento do diretor do colégio e da reforma das insta-

[38] É preciso acrescentar que o Seminário de Órfãos/Casa Pia da Bahia não foi o primeiro estabelecimento do gênero no Brasil. Em 1739, o bispo do Rio de Janeiro criou o Colégio dos Órfãos de São Pedro destinado a acolher meninos aos quais seriam ministrados ensinamentos religiosos, música, leitura e escrita, em português e latim. Dentre eles seriam recrutados candidatos ao clero. O nome do seminário foi posteriormente mudado para São Joaquim. Ele foi extinto em 1818, novamente restabelecido em 1821 e, em 1837, transformado no Colégio Pedro II cujos destinatários já não incluíam os órfãos e desamparados. Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro.* São Paulo, EDUSP/Grijalbo, 1972, p. 97 e seg.

[39] Suckow da Fonseca. op. cit., p. 104.

lações [40] dizia que os artífices e os aprendizes seriam pagos com o produto das obras por eles fabricadas e vendidas. Enquanto isso não ocorresse, eles seriam pagos pelo tesouro real. Ao que parece, a idéia inicial era que o Colégio das Fábricas se dissolvesse tão logo surgissem os estabelecimentos manufatureiros esperados, empregando-se os artífices e os aprendizes nas empresas particulares. No entanto, não foi isso o que aconteceu. A concorrência inglesa e os interesses *internacionais* do comércio português não induziam o surgimento de estabelecimentos industriais, pelo menos na velocidade esperada. Por outro lado, parece que a existência de um estabelecimento de aprendizagem manufatureira desligada da produção dificultava o cumprimento de sua função formativa. Deduzo isso do texto do decreto de 1809, de criação do Colégio das Fábricas, e do decreto de 1811 que transferiu sua administração à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. [41] Dizia este último documento que a direção do estabelecimento ficaria a cargo de um deputado da Junta, escolhido como esta achasse conveniente, "sendo suprida a despesa necessária para a conservação deste patriótico estabelecimento pelo cofre da mesma Junta, enquanto o produto do trabalho dos referidos artistas não equilibrar e exceder os avanços que devem precedê-lo". É possível que o controle da aprendizagem pelos deputados da Junta do Comércio, intimamente ligados à produção, fizesse com que a aprendizagem se livrasse da burocratização, [42] ao mesmo tempo fazendo-a conforme os interesses dos empresários.

Independente de finalidades e práticas militares, o ensino de ofícios manufatureiros foi desenvolvido, também, na Imprensa Régia, criada pelo príncipe regente logo após o desembarque no Rio de Janeiro, com os tipos trazidos de Lisboa. Em 1811, uma decisão do ministro do reino, [43] Conde de Linhares, regulamentou as práticas da aprendizagem dos ofícios necessários à imprensa. Os aprendizes não poderiam ter mais de 24 anos, tendo preferência os que soubessem ler e escrever e tivessem boa conduta e costumes moderados. Os que fossem admitidos, não poderiam abandonar o estabe-

[40] Decreto de 23 de março de 1809.

[41] Decreto de 31 de outubro de 1811.

[42] A recomendação do decreto de que o pagamento dos oficiais fosse "equivalente ao seu préstimo individual" sugere a diferenciação de salário como incentivo à produtividade, medida difícil, senão impossível na burocracia do Estado onde se inseria antes o Colégio das Fábricas.

[43] Decisão nº 10, de 6 de fevereiro de 1811.

lecimento antes de decorridos cinco anos, sob pena de serem presos para soldados nos regimentos de linha. Os mestres receberiam pagamento extra pelo ensino e um prêmio em dinheiro, a título de incentivo, para cada aprendiz que tivesse completado dois anos de aprendizagem. Nos primeiros meses, os aprendizes receberiam pagamento por dia de trabalho, passando, posteriormente, a ser remunerados por obra executada, entregando 20% aos respectivos mestres. Quando a aprendizagem tivesse terminado, a juízo de cada mestre, os ex-aprendizes, então oficiais, ficavam desobrigados do pagamento dessa quantia, vencendo "a folha por inteiro".

Um estabelecimento de ensino que poderia ter exercido influência significativa sobre a aprendizagem de ofícios manufatureiros foi a Escola de (Belas) Artes. Embora fosse frustrado o intento de seu idealizador de ligar o ensino das belas-artes com o de ofícios mecânicos, pelo desenho, creio que vale a pena explorar as idéias que presidiram o primeiro projeto dessa instituição.

A morte do Conde de Linhares, em 1812, contribuiu para enfraquecer o *partido inglês* da corte portuguesa no Rio de Janeiro, e fortalecer o *partido francês,* primeiro com a ascensão do Conde da Barca ao Ministério da Guerra e, depois, ao Ministério do Reino. Os partidários da influência francesa tiveram sua hegemonia reforçada após o Congresso de Viena, em 1815, quando o ministro francês, Talleyrand, conseguiu estreitar os laços políticos entre o reino português e a França, amiga após a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte e a restauração da monarquia.

O embaixador de Portugal na França, o Marquês de Marialva, recebeu a incumbência de convocar uma missão artística para vir ao Brasil. Suas buscas terminaram no Cavaleiro Joachim Lebreton, presidente perpétuo da seção de belas-artes do Instituto de França que, por suas simpatias bonapartistas, não devia estar em situação muito cômoda. Lebreton reuniu 10 artistas que partiram para o Brasil em 16 de março de 1816 num brigue especialmente fretado para o seu transporte. [44]

Chegando ao Rio de Janeiro, Lebreton escreveu uma carta ao Conde da Barca, a 12 de junho de 1816, propondo a criação de uma escola de belas-

[44] Suckow da Fonseca. op. cit., v. cit., p. 101.

artes com os artistas que trouxe consigo e o concurso de pelo menos um artista português. [45]

Nessa carta, propunha a criação de uma dupla escola de artes: um setor para o ensino das *belas-artes* (pintura, escultura, gravura, arquitetura) e outro para as *artes mecânicas* (não especificadas). Ambos os setores estavam articulados, no projeto, por elementos de aproximação e de repulsão.

Aproximavam-nos a importância do aprendizado do desenho, tanto para os artistas quanto para os artífices, [46] evidenciada pelo ensino da Academia de Belas-Artes e da Escola de Artes e Ofício, de Paris. Como resultado, desenvolveram-se, na França, não só a pintura, a escultura, a gravura e a arquitetura, como, também, a manufatura. No Brasil, dizia Lebreton, tal desenvolvimento deveria ser procurado, principalmente para "aumentar e aperfeiçoar aqui mais prontamente a indústria para torná-la nacional". [47] Assim fazendo, "o Brasil poderia entrar bem mais frutuosamente na partilha das perdas que experimenta a indústria francesa, e com as quais se beneficiam o norte da Alemanha, a Bélgica holandesa e os Estados Unidos". [48] Se a *indústria* no Brasil fosse esperar que os artífices desenvolvessem, espontaneamente, a arte do desenho, a oportunidade estaria perdida.

Lebreton lançava mão de dois argumentos em defesa do ensino de desenho aos artífices. Primeiro, a influência da escola gratuita de desenho, aberta por volta de 1763, a "que se devem a feliz revolução do gosto, e o grande aperfeiçoamento experimentado pela indústria francesa em todos os ofícios relacionados com o luxo". [49] Segundo, ao diagnóstico de Humboldt a respeito do papel desempenhado pela Academia de los Nobles Artes, do México, no desenvolvimesto da indústria naquele país.

[45] Para a redação desse tópico, vali-me do Manuscrito inédito de Lebreton sobre o estabelecimento de uma dupla escola de artes no Rio de Janeiro, em 1816, publicado por Mario Barata, na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 14, 1959.

[46] Para facilitar a exposição, vou chamar de artistas aos cultivadores das belas-artes e de artífices aos oficiais mecânicos, embora fosse usual, na época, empregar aquele termo para designar estes últimos.

[47] Barata. op. cit., p. 303.

[48] Idem, ibidem.

[49] Idem, p. 301.

Mas, embora, o ensino de desenho interessasse tanto às belas-artes quanto às artes mecânicas, não se poderia confundir o ensino de umas e outras. Neste sentido, Lebreton alertava para que não se repetissem, no Rio de Janeiro, os defeitos da Academia de Belas-Artes de Paris que, por ser gratuita, recebia os filhos dos pobres, sem talento. Estes deveriam ser encaminhados para o aprendizado de ofícios mecânicos, evitando-se, assim, que esse *fermento grosseiro* penetrasse as belas-artes.

A articulação dos setores da escola projetada, compondo os elementos de aproximação e de repulsão, seria feita pelo ensino de algumas disciplinas, tanto aos artistas quanto aos artífices: desenho de figura e de ornatos, aritmética, geometria prática. Cumpridas estas disciplinas, os estudantes/artífices seriam encaminhados a *ateliês práticos*, [50] montados por operários franceses, onde seguiriam o processo de aprendizagem pelos padrões tradicionais e "em poucos anos tais alunos se tornariam mestres, fundando e aperfeiçoando a indústria nacional". [51]

O projeto dessa escola de artes parece ter encontrado receptividade na corte, dado que apenas dois meses depois de apresentado por Lebreton, uma carta régia [52] mandava criar uma "escola real das ciências, artes e ofícios", com a dupla finalidade de seu idealizador. Na justificativa do empreendimento, D. João VI valorizava muito a formação da força de trabalho manufatureiro. Diz o texto da carta régia:

"Atendendo ao bem comum que provém aos meus fiéis vassalos de se estabelecer no Brasil uma escola real das ciências, artes e ofícios, em que se promova e difunda a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados, não só aos empregos públicos da administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria, comércio; de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos, maiormente neste continente, cuja extensão não tendo ainda o devido e correspondente número de braços indispensáveis ao tamanho e aproveitamento do terreno,

[50] Lebreton propôs ao Conde da Barca que mandasse vir da Europa cerca de cem operários, dos mais diferentes ofícios que deveriam trabalhar autonomamente, contando, todavia, com a colocação de seus produtos assegurada pelos comerciantes brasileiros, durante cinco anos. Aliás, esse processo já estava sendo utilizado com alguns operários que Lebreton trouxe consigo: um serralheiro, um ferreiro, dois carpinteiros de carros e dois curadores de peles e curtidores.

[51] Idem, p. 303.

[52] Carta Régia de 12 de agosto de 1816.

precisa dos grandes socorros da estatística para aproveitar os produtos, cujo valor e preciosidade podem vir a formar no Brasil o mais rico e opulento dos reinos conhecidos; fazendo-se portanto necessário aos habitantes o estudo das belas-artes como aplicação e referência aos ofícios mecânicos, cuja prática, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos teóricos daquelas artes, e difusivas luzes das ciências naturais, físicas e exatas (...)." O rei mandava empregar os franceses, entre eles alguns que se tornaram célebres: o pintor de paisagem Nicolau Antonio Taunay, o escultor Augusto Taunay, o pintor de temas históricos Jean-Baptiste Debret, o arquiteto Henrique Vitório Grandjean (de Montingny).

Mas, foi só em 1820 que as aulas tiveram início na Academia de Artes, não se falando mais do ensino de ciências nem de desenho para os ofícios mecânicos. [53] A academia só veio a ensinar as *belas* artes, designação esta incorporada mais tarde, duradouramente, ao nome da instituição.

3. Conclusão

O balanço do material analisado nos itens precedentes permite identificar as raízes principais da escola de ofícios manufatureiros no Brasil, surgida no período 1808/1820. São elas:

a) O ensino de ofícios manufatureiros foi desenvolvido segundo padrões escolares, no Brasil, quando os padrões corporativos de aprendizagem, fracamente implantados, foram inviabilizados pela política econômica joanina, no contexto da transferência da sede do reino português para o Brasil e da emergência do Estado nacional brasileiro;

b) O ensino de ofícios manufatureiros nasceu completamente apartado do ensino acadêmico, sendo que até mesmo o projeto de Lebreton que procurava articulá-los por meio da Escola de Belas-Artes, alertava para a necessidade de não se deixar *contaminar* este por aquele;

c) O ensino de ofícios manufatureiros estava destinado, desde os primeiros estabelecimentos, salvo raras exceções, como o da Imprensa Régia, a crianças e adolescentes pobres, abandonados ou órfãos, isto é, a marginais dos processos *espontâneos* de reprodução da força de trabalho;

[53] Decreto de 23 de novembro de 1820.

d) O ensino de ofícios manufatureiros a esses marginais era definido como meio de integrá-los à sociedade, beneficiando-a com seu trabalho, e de livrá-los da miséria, beneficiando, assim, também, aos próprios aprendizes;

e) O ensino de ofícios manufatureiros desenvolveu-se predominantemente dentro de estabelecimentos militares ou pela associação destes estabelecimentos com instituições dedicadas ao amparo daqueles *desvalidos*;

f) O ensino de ofícios manufatureiros, desenvolvido por meio de disciplina militar, era visto como processo adequado de formar uma força de trabalho que se tornava necessária, mas não estava sendo formada pelos processos reprodutivos *espontâneos*.

Essas raízes penetraram fundo na sociedade brasileira determinando a conformação dual do aparelho educacional escolar que, apesar dos abalos e das reformas sofridas, assenta-se ainda hoje sobre os alicerces fincados no período joanino.

"Atirei o pau no gato-to
mas o gato-to
não morreu-rreu-rreu"

Dona Chica-ca ficaria admirada com a beleza desta reprodução de "Crianças brincando de roda", de Milton Dacosta. Impressão impecável sobre canvas. Cores inalteráveis.

Cr$ 292



Veja e compre nas livrarias da **FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**
Rio: Pr. Botafogo, 188/ Graça Aranha, 26 lojas C e H
SP: Av. Nove de Julho, 2029
Brasília: Setor Comercial Local Sul 104 Bloco A - loja 37

fgv/gpr

pedidos pelo Reembolso Postal à Fundação Getulio Vargas
Caixa Postal 9.052 — Rio de Janeiro